

**Prefeitura Municipal de Petrolina**  
**Autarquia Educacional do Vale do São Francisco - AEVSF**  
**Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE**

## **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

### **SEDEST**

## **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS**

### **PROVA 1**

# **ADVOGADO**

**Data de aplicação: 28/04/2013**

#### **Leia com atenção as instruções abaixo**

1. Ao receber este caderno, aguarde a autorização do fiscal de sala e em seguida confira se ele contém 30 (trinta) questões objetivas numeradas sequencialmente de 1 a 30, cada uma com 5 (cinco) alternativas indicadas pelas letras 'A' a 'E', das quais, somente uma corresponderá à resposta certa para a questão. Observe na indicação acima se o caderno de provas se refere ao cargo ao qual você se inscreveu, caso contrário, solicite ao fiscal de sala a sua substituição.
2. O cartão de respostas será entregue oportunamente pelos fiscais de sala. Ao recebê-lo, lembre-se de assinar no local indicado.
3. No cartão de respostas marque a letra correspondente à resposta correta para a questão conforme o seu julgamento, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, conforme exemplo abaixo:

Exemplo: (A) (B) (C) (●) (E)

*Atenção: A marcação de mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.*

4. O tempo total para resolução das provas e preenchimento do cartão de respostas é de 3h (três horas). Ao terminar as provas, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas e assine a lista de presença. Este caderno de provas somente poderá ser levado pelo candidato após decorrida 1h 30 min (uma hora e trinta minutos) do início das provas.
5. As provas, os gabaritos, os resultados e demais informações referentes ao concurso serão divulgados no site oficial da FACAPE: [www.facape.br](http://www.facape.br).

Boa prova!

## DISCIPLINA D1 – CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

### Questão 01

Ao se adotar um conceito de Constituição, o pesquisador irá se deparar com diferentes enfoques doutrinários. Neste diapasão:

- (A) para Carl Schmitt, a verdadeira Constituição de um país somente reside nos fatores reais e efetivos de poder que regem esse país. Uma vez que ela venha a se distanciar dos fatores de poder vigentes na realidade social, a Constituição escrita não passará de uma simples folha de papel.
- (B) na visão de Ferdinand Lassalle, conhecida como decisionista, a Constituição é sempre uma decisão política fundamental, determinando e condicionando a nação.
- (C) na concepção sociológica de Constituição, Constituição e lei constitucional têm a mesma acepção.
- (D) a moderna teoria constitucional não mais distingue o conceito formal de Constituição do conceito material de Constituição, uma vez que o conteúdo das normas afasta a relevância formal das mesmas.
- (E) para Kelsen, com base no sentido lógico-jurídico, a Constituição é norma hipotética fundamental, o fundamento lógico transcendental de validade da ordem jurídica positiva.

### Questão 02

A Constituição brasileira classifica-se como:

- (A) Escrita, normativa e principiológica.
- (B) Sistemática, flexível e codificada.
- (C) Dogmática, semi-rígida e sintética.
- (D) Histórica, analítica e provisória.
- (E) Dogmática, preceitual e sintética.

### Questão 03

De acordo com as teorias adotadas no Brasil, tendo em vista os efeitos da Constituição nova sobre o ordenamento jurídico anterior, pode-se dizer que:

- (A) a recepção deve ocorrer, via de regra, por expressa disposição da nova Constituição, mas, em certas situações, pode ser tácita.
- (B) parte da Constituição de 1967 foi desconstitucionalizada pela vigente Constituição Federal, provisoriamente, em observância à regra excepcional do ADCT.
- (C) as normas integrantes do direito anterior, ainda que incompatíveis com a Constituição de origem, podem ser recepcionadas pelo novo ordenamento constitucional, se com ele compatível.
- (D) as leis pré-constitucionais que estiverem em vigor no momento da promulgação da nova Constituição devem ser recepcionadas com status de leis ordinárias.
- (E) embora não tenha sido utilizado, o fenômeno da reconstituição poderia ter ocorrido se houvesse disposição expressa na nova Constituição, visto não ser aceita a reconstituição tácita.

### Questão 04

Sobre o Poder Constituinte, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O poder constituinte originário confunde-se com a Assembleia Constituinte formada especialmente para elaborar uma nova Constituição.

- (B) O poder constituinte difuso expressa-se pela mutação constitucional, definida como o processo informal de mudança da Constituição, por meio do qual são atribuídos novos sentidos ao seu texto, sem que haja alteração em sua redação.
- (C) O poder constituinte derivado decorrente pode ser oriundo de um Estado unitário descentralizado, não pressupondo a existência de um Estado federal.
- (D) O poder constituinte originário se esgota quando se edita uma nova Constituição, podendo ser recuperado quando da ocorrência de um novo momento constituinte.
- (E) Configura-se uma limitação circunstancial ao poder derivado não ser possível a emenda à Constituição Federal durante grave perturbação da ordem social.

### Questão 05

No tocante à interpretação das normas constitucionais, assinale a opção **INCORRETA**.

- (A) De acordo com o princípio da máxima efetividade ou da eficiência, princípio de interpretação constitucional, a interpretação de uma norma constitucional exige a coordenação e combinação dos bens jurídicos em conflito, de forma a evitar o sacrifício total de uns em relação a outros.
- (B) Pelo princípio da supremacia da Constituição, constata-se que as normas constitucionais estão no vértice do sistema jurídico nacional, e que a elas compete, entre outras matérias, disciplinar a estrutura e a organização dos órgãos do Estado.
- (C) O Princípio da Força Normativa da Constituição consubstancia um apelo aos aplicadores da Constituição, para que na solução de problemas jurídico-constitucionais, deem preferência àqueles pontos de vista que convertam para uma eficácia ótima da lei fundamental.
- (D) A Interpretação conforme a Constituição, cujas funções situam-se no âmbito do controle de constitucionalidade e da hermenêutica, significa que, em face de normas de múltiplos significados, existem diferentes alternativas de interpretação, umas em desconformidade e outras de acordo com a Constituição, sendo que estas devem ser preferidas àquelas. Entretanto, na hipótese de se chegar a uma interpretação manifestamente contrária à Constituição, impõe-se que a norma seja declarada inconstitucional.
- (E) O princípio da unidade da Constituição determina que, na busca do sentido das disposições normativas, seja levado em conta a inexistência de hierarquia ou contradição entre as normas previstas na Constituição, de modo que o intérprete não pode obter o significado de um enunciado contido na Constituição de forma isolada, mas contextualizada dentro do ordenamento constitucional.

### Questão 06

Assinale a alternativa que apresenta um legitimado ativo a propor ação direta de inconstitucionalidade, mas que está dispensado de comprovar pertinência temática.

- (A) Advogado Geral da União.
- (B) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) Mesa do Congresso Nacional.
- (D) Governador de Estado.
- (E) Entidade de classe de âmbito nacional.

### Questão 07

A respeito da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), assinale a opção **CORRETA**.

- (A) Caberá ADPF quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.

- (B) Os legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade também são legitimados a propor arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (C) O Supremo Tribunal Federal poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental, por decisão da maioria absoluta de seus membros, em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave. Caso o Tribunal esteja em período de recesso, deverá o relator, tendo em vista vedação de deferi-la monocraticamente, convocar sessão extraordinária, para que o pedido seja analisado pelo Tribunal Pleno.
- (D) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- (E) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecorrível, não podendo ser objeto de ação rescisória.

### Questão 08

Acerca do objeto do controle de constitucionalidade na Constituição Brasileira, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) É inadmissível a propositura de ação direta de inconstitucionalidade que tenha por objeto emenda à Constituição, considerando que não há hierarquia entre as normas constitucionais.
- (B) É admissível a propositura de ação direta de inconstitucionalidade que tenha por objeto atos estatais de efeitos concretos.
- (C) É inadmissível a propositura de ação direta de inconstitucionalidade que tenha por objeto lei ou ato normativo editado anteriormente à Constituição ou à Emenda Constitucional invocada como paradigma.
- (D) As medidas provisórias, mesmo após a perda da sua eficácia, podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- (E) À exceção da súmula vinculante, não cabe ação direta de inconstitucionalidade de súmulas, pois não possuem o grau de normatividade qualificada (obrigatoriedade) exigido ao controle.

### Questão 09

A respeito da cláusula de reserva de plenário, prevista no art. 97 da Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- (A) O Tribunal é obrigado a apreciar, em sessão plenária, toda e qualquer demanda que envolva questão constitucional, sob pena de nulidade do julgamento.
- (B) Segundo o Supremo Tribunal Federal, este, ao julgar pela inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo, poderá fazê-lo mediante decisão de um de seus órgãos descentralizados, tendo em vista que a reserva de plenário não se lhe aplica.
- (C) A referida cláusula aplica-se apenas no controle de constitucionalidade de leis e atos normativos por via de ação direta.
- (D) A reserva de plenário pode ser dispensada quando houver decisão anterior do Supremo Tribunal Federal que tenha decidido sobre a matéria discutida e pronunciado a inconstitucionalidade.
- (E) O órgão fracionário de tribunal que pretenda afastar a incidência, no todo ou em parte, de lei ou ato normativo do poder público, sem declarar expressamente a inconstitucionalidade, estará dispensado da observância da cláusula de reserva de plenário.

### Questão 10

A respeito dos remédios constitucionais, analise as afirmativas a seguir, e assinale a **INCORRETA**:

- (A) A expressão "direito líquido e certo", que remete ao objeto de proteção do mandado de segurança, pressupõe a incidência da regra jurídica sobre fatos incontroversos. A complexidade da questão jurídica envolvida não pode constituir empecilho à admissão do mandado de segurança.
- (B) Quando do julgamento do *habeas corpus*, havendo decisão concluindo que os fatos narrados na inicial não estão suficientemente provados, o juiz poderá diligenciar as provas necessárias ao completo entendimento da causa.
- (C) A legitimidade ativa para ajuizamento do *habeas corpus* não exige capacidade de estar em juízo.
- (D) As organizações sindicais, entidades de classe e associações devem estar legalmente constituídas e atuar na defesa dos interesses dos seus membros ou associados. O requisito de estarem em funcionamento há pelo menos um ano é exclusivo das associações, não sendo exigida referida pré-constituição para organizações sindicais e entidades de classe.
- (E) A ação popular, ainda que possibilite a condenação no ônus da sucumbência no caso de comprovada má-fé, pode ser proposta por brasileiro com dezessete anos de idade, desde que esteja em gozo de seus direitos políticos.

### Questão 11

Sobre os atos administrativos em geral, **NÃO** seria **CORRETO** afirmar que:

- (A) A única e exclusiva finalidade geral de todo ato administrativo é sempre o interesse público, não podendo ser praticado com vistas a beneficiar diretamente interesses privados, sob pena de se configurar vício insanável.
- (B) Dada a burocracia inerente ao serviço público, e por razões de segurança jurídica, os atos administrativos, em regra, devem ser exteriorizados formalmente, salvo quando a lei autorizar que se o pratique informalmente.
- (C) O motivo é a circunstância de fato e de direito que determina ou autoriza a prática do ato.
- (D) Nos atos discricionários, motivo e objeto constituem o mérito administrativo, afetos ao plano de conveniência e oportunidade do administrador.
- (E) Motivo e motivação não são palavras sinônimas. Não havendo motivação quando a lei exigir, o ato será nulo por vício de forma e não por vício de motivo.

### Questão 12

No que diz respeito à classificação doutrinária quanto à formação e à possibilidade de produção de efeitos de um ato administrativo, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Todo ato pendente é um ato imperfeito, uma vez que está sujeito à condição ou termo para que comece a produzir seus efeitos.
- (B) Para que um ato possa ser considerado perfeito, é indispensável que ele seja válido.
- (C) Os atos administrativos válidos e perfeitos são sempre eficazes.
- (D) Um ato pode ser, simultaneamente, inválido e perfeito.
- (E) Todo ato ineficaz, é, também, inválido e imperfeito.

### Questão 13

Suponha que a Administração Pública tenha editado determinado ato administrativo sem a devida observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Neste caso, seria **CORRETO** afirmar que:

- (A) O Poder Judiciário deverá, se provocado, decretar a nulidade dos atos administrativos que não observarem a razoabilidade e a proporcionalidade, não se tratando de análise de mérito administrativo.
- (B) A razoabilidade e a proporcionalidade de um ato editado pelo Poder Executivo dizem respeito ao mérito administrativo em sua análise de oportunidade e conveniência não sendo, portanto, permissível ao Poder Judiciário fazer juízo de sua validade.
- (C) Um ato administrativo realizado com inobservância da razoabilidade ou da proporcionalidade deve ser revogado pela própria Administração ou anulado pelo Poder Judiciário, se provocado.
- (D) Um ato desarrazoado ou desproporcional pode ser convalidado desde que a própria Administração que o praticou entenda que a revogação deste ato será mais prejudicial ao interesse público que a sua convalidação.
- (E) Quando há inobservância da razoabilidade ou proporcionalidade na edição de qualquer ato administrativo, poderá a Administração Pública optar pela anulação deste ato, observados, em qualquer caso, os direitos adquiridos.

### Questão 14

Quanto à extinção dos atos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A anulação retira do mundo jurídico atos inválidos, produzindo efeitos prospectivos (*ex nunc*).
- (B) Um ato administrativo com vício sanável relativo à legitimidade, ainda que não acarrete lesão a interesse público nem prejuízos a terceiros, não pode ser convalidado, devendo, portanto, ser anulado.
- (C) Um ato administrativo, ainda que legítimo, poderá ser extinto, caso sua manutenção seja declarada inoportuna ou inconveniente pela Administração Pública, em razão da desnecessidade da sua existência.
- (D) A supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz pela própria Administração Pública que o editou, resultante da inconveniência da sua existência configura o controle de legalidade realizado pela Administração em relação aos seus próprios atos.
- (E) O Poder Judiciário jamais poderá revogar um ato administrativo editado no exercício atípico da sua esfera de atuação.

### Questão 15

Nos casos de organização administrativa, a respeito da relação entre entes, ou entre entes e órgãos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Na relação entre a administração direta e a indireta, há subordinação nos casos de descentralização por delegação.
- (B) A administração direta exerce sobre a indireta o controle finalístico ou tutela administrativa, que são derivados da superioridade hierárquica característica da administração direta em relação à indireta.
- (C) Existe o controle finalístico entre os órgãos desconcentrados da administração indireta, assim como entre a administração direta em relação à indireta, não havendo, em nenhum desses casos, subordinação.
- (D) Na relação entre a administração direta e a administração indireta há vinculação, porém, é incorreto afirmar, em qualquer caso de descentralização, que há hierarquia entre as pessoas envolvidas.

- (E) Hierarquia ou subordinação são características próprias das relações entre entidades descentralizadas distintas, como ocorre entre uma Universidade e o Hospital Universitário a ela vinculado.

### Questão 16

A respeito dos conceitos formal e material de Administração Pública e da sua organização, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) As pessoas privadas que prestam serviços públicos mediante delegação do Poder Público, a exemplo das concessionárias, são consideradas administração pública em sentido material ou objetivo, mas não sob a acepção formal.
- (B) Há entidades formalmente integrantes da administração pública brasileira que, entretanto, não desempenham função administrativa, a exemplo de empresas públicas que desempenham atividade administrativa.
- (C) Quando há prestação de serviços públicos diretamente pelos órgãos do Estado, despersonalizados, integrantes de uma mesma pessoa política, ocorre centralização administrativa.
- (D) O controle exercido nos casos de descentralização por outorga legal é mais rigoroso que o controle exercido pelo poder delegante nos casos de descentralização por delegação, porém, a supervisão ocorre em ambos os casos.
- (E) A descentralização administrativa necessariamente pressupõe a existência de dois órgãos distintos, sendo um deles participante da administração direta.

### Questão 17

Tratando-se do poder de polícia administrativa, assinale a afirmativa **FALSA**.

- (A) É uma faculdade da Administração Pública para condicionar o uso, o gozo e a disposição da propriedade ou liberdades em prol da coletividade ou do Estado.
- (B) Caracteriza-se pela imposição de uma conduta, em regra, negativa.
- (C) A polícia administrativa é, via de regra, atividade discricionária.
- (D) A polícia administrativa não deve ser confundida com a polícia judiciária, pois esta pode agir repressivamente. A polícia administrativa somente atua no campo preventivo, porquanto sua função é impedir que o comportamento do indivíduo cause prejuízos para a coletividade.
- (E) O poder de polícia é poder de império, não sendo válida a delegação de seu exercício a entidades privadas.

### Questão 18

Analise os itens abaixo:

- I. Atualmente existe uma tendência à mudança paradigmática quanto ao princípio da legalidade no Estado Democrático de Direito. Fala-se em princípio da juridicidade, que tem fundamento na vinculação do Administrador Público não só às leis, decretos ou a atos normativos inferiores, mas também aos princípios que estão contidos no ordenamento jurídico como um todo.
- II. Quando a Constituição do Brasil estabelece que declarações e informações gozam de fé pública, homenageia o princípio da presunção de legitimidade ou de veracidade dos atos administrativos. Estes devem ser tidos como verdadeiros até prova em contrário.
- III. A supremacia do interesse público sobre o privado impõe que, no choque entre o interesse da Administração Pública e do particular, opte-se, em qualquer situação, pelo interesse daquela, ainda que a solução não esteja definida em lei.
- IV. Todos os princípios fundamentais encontram-se expressamente previstos na Constituição.

Somente estão **CORRETOS** os itens:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

### Questão 19

Quanto à responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) O Estado poderá ajuizar ação regressiva contra o agente público responsável pelos danos, nos casos de dolo ou culpa.
- (B) Para a caracterização da responsabilidade civil do Estado, faz-se necessário que o ato lesivo seja praticado por agente de pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviço público.
- (C) A responsabilidade civil do Estado adotada pela Constituição Federal funda-se na teoria do risco integral.
- (D) A responsabilidade pelos riscos decorrentes da atividade administrativa não demanda aferição da culpa do agente causador do dano, porém, admite-se pesquisa em torno da culpa da vítima, para o fim de abrandá-la ou mesmo excluí-la.
- (E) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva.

### Questão 20

Acerca do entendimento sobre a responsabilidade civil do Estado, sobretudo quanto aos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, é **FALSO** afirmar que:

- (A) Nos casos de responsabilização do Estado por culpa, será sempre exigida a presença do binômio dever de agir-possibilidade de agir. Nesse sentido, o caso fortuito ou força maior são apontados como causas excludentes da responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público.
- (B) Reformulando entendimentos pretéritos, o STF vem reconhecendo que a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente tanto aos usuários do serviço, como a pessoas outras que não ostentem a condição de usuário. A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não usuário do serviço público é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado.
- (C) O Supremo Tribunal já assentou que, salvo os casos expressamente previstos em lei, a responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos de juízes.
- (D) O Estado responde objetivamente em caso de crime praticado por policial militar, durante o período de folga, usando arma da corporação.
- (E) Tratando-se de ato omissivo do Poder Público, a responsabilidade civil por tal ato é subjetiva, pelo que exige dolo ou culpa, esta numa de suas três vertentes, a negligência, a imperícia ou a imprudência, sendo, entretanto, necessário individualizá-la, dado que não pode ser atribuída ao serviço público, de forma genérica, a falta do serviço.



## DISCIPLINA D2 – LÍNGUA PORTUGUESA

### TEXTO I

#### O NOVO HOMEM-CHAVE DO SUPREMO

[...]

Os lances finais para a escolha do mais novo ministro do Supremo Tribunal Federal estão fazendo o meio em Brasília trepidar. As conversas, negociações e tratativas tiveram início discreto há cinco meses, quando Carlos Ayres Britto se aposentou. Nas últimas semanas, contudo, a disputa envolveu um número inédito de candidatos e pré-candidatos - o total passou de 30 nomes- e foi embalada por uma lamentável guerra de dossiês, acusações de bastidor, mensagens cifradas em artigos de imprensa e articulações de vulto envolvendo autoridades do governo. A razão principal para tamanha movimentação e interesse é fácil de entender. O próximo ministro assumirá o papel de homem-chave do Supremo, além de relatar o processo contra o deputado tucano Eduardo Azeredo (MG), conhecido como mensalão mineiro, ele terá condições de produzir mudanças notáveis no julgamento do mensalão do PT.

TORRES, Izabelle; SEQUEIRA, Claudio Dantas. IstoÉ. 10 de abril de 2010, nº 2264. P.37.

**As questões de 21 a 28 dizem respeito ao texto intitulado “O novo homem-chave do Supremo”.**

#### Questão 21

O trecho “- o total passou de 30 nomes -” é:

- (A) Um confronto de ideia com o que foi exposto anteriormente no mesmo período.
- (B) Uma explicação.
- (C) Contraposição.
- (D) Um questionamento.
- (E) Uma conclusão de raciocínio.

#### Questão 22

O texto possui a seguinte quantidade de períodos com linguagem verbal:

- (A) 2.
- (B) 8.
- (C) 6.
- (D) 4.
- (E) 5.

#### Questão 23

A palavra “contudo” poderia ser substituída, sem prejuízo no significado, por:

- (A) Assim.
- (B) Além disso.
- (C) E.
- (D) No entanto.
- (E) Pois.

### Questão 24

Na interpretação do texto, pode-se dizer que o mesmo:

- (A) Não possui palavras no plano argumentativo.
- (B) Possui palavras no plano argumentativo.
- (C) É totalmente descritivo.
- (D) Não tem descrição.
- (E) Não é informativo.

### Questão 25

Em relação ao sentido, o texto é:

- (A) Predominantemente denotativo.
- (B) Predominantemente conotativo.
- (C) Denotativo somente no primeiro período.
- (D) Denotativo somente no último período.
- (E) Totalmente conotativo.

### Questão 26

Na primeira expressão do texto (“Os lances finais”) existe:

- (A) Concordância verbal.
- (B) Regência verbal.
- (C) Concordância nominal.
- (D) Concordância nominal e verbal.
- (E) Regência verbal e nominal.

### Questão 27

A palavra “últimas” está corretamente acentuada, pois é uma:

- (A) Proparoxítona.
- (B) Oxítona.
- (C) Paroxítona.
- (D) Paroxítona terminada em “a”.
- (E) Paroxítona terminada em “s”.

### Questão 28

A expressão “articulações de vulto” é sinônimo de:

- (A) Articulações pequenas.
- (B) Articulações simples.
- (C) Articulações ingênuas.

- (D) Articulações infantis.
- (E) Articulações grandes e complexas.

**Texto para a questão 29**



<http://www2.uol.com.br/laerte/tiras/>

**Questão 29**

Na expressão “Leitura do Livro”, considerando também os aspectos não-verbais (último quadrinho), o personagem demonstra:

- (A) Satisfação.
- (B) Questionamento.
- (C) Tranquilidade.
- (D) Irritação.
- (E) Apreensão.

**Texto para a questão 30**



**Questão 30**

No 2º balãozinho, na fala de Helga, existe a seguinte figura de linguagem:

- (A) Pleonasmos.
- (B) Anacoluto.
- (C) Ironia.
- (D) Onomatopeia.
- (E) Gradação.